

CRISIS Y APERTURA DE LAS CIENCIAS SOCIALES

Fagner Torres de França

fagnertf@yahoo.com.br

Grupo de Estudos da Complexidade -GRECOM

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Recibido: 14/10/2018 **Aprobado:** 29/11/2018

Resumen

Las crisis social, económica, ética y política que atraviesa el mundo hoy son resultado también de una crisis del pensamiento y de un modelo de hacer ciencia que es fragmentado, reduccionista y compartimentado (WALLERSTEIN, 1996; CASANOVA, 2006; MORIN, 2014; ALMEIDA, 2012). Este trabajo tiene como objetivo alertar sobre esta crisis y proponer alternativas a partir de la experiencia de la *sociología del presente* elaborada por Edgar Morin en la década de 1960, desarrollada en el libro intitulado *Commune en France: la métamorphose de Plozevet* (1967). En esta obra, Morin propone una vía de abordaje multidimensional para la investigación de fenómenos cada vez más complejos. Su método de pesquisa, denominado *método vivo* (o método *in vivo*), prevé la autocrítica de los investigadores trabajando en equipo, la evaluación permanente de las trayectorias y caminos previstos, flexibilidad, participación afectiva y, sobre todo, el uso de la sensibilidad personal (ALMEIDA; CARVALHO, 2012). En ese sentido, la única ciencia posible, es una ciencia en constante devenir.

Palabras Clave: Crisis de la ciência, Sociología del presente. Edgar Morin.

CRISIS AND OPENING OF SOCIAL SCIENCES

Abstract

The social, economic, ethical, and political crises that are traversing the world today are also the result of a crisis of thought and a model of fragmented, reductionist and compartmentalized science (WALLERSTEIN, 1996, MORIN, 2014, ALMEIDA, 2012). The present work has the objective of alerting to this crisis and proposing alternatives from the experience of the *sociology of the present* elaborated by Edgar Morin in the decade of 1960, developed in a book called *Commune en France: la métamorphose de Plozevet* (1967). In this work Morin proposes a way of multidimensional approach for the investigation of increasingly complex phenomena. Their method of research, called *the living method* (or *in vivo* method), provides for the self-criticism of team researchers, permanent evaluation of the itineraries and paths foreseen, initiative, flexibility, affective participation and, above all, the use of personal sensibility (ALMEIDA; CARVALHO, 2012). In this sense, the only possible science is a science that is constantly becoming.

Keywords: Crisis of science. Sociology of the present. Edgar Morin.

CRISE E ABERTURA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Resumo

As crises social, econômica, ética e política que atravessam o mundo hoje são resultado também de uma crise do pensamento e de um modelo de fazer ciência fragmentado, reducionista e compartimentado (WALLERSTEIN, 1996; CASANOVA, 2006; MORIN, 2014; ALMEIDA, 2012). O presente trabalho tem o objetivo de alertar para esta crise e propor alternativas a partir da experiência da *sociologia do presente* elaborada por Edgar Morin na década de 1960, desenvolvida em um livro chamado *Commune en France: la métamorphose de Plozevet* (1967). Nesta obra Morin propõe uma via de abordagem multidimensional para a investigação de fenômenos cada vez mais complexos. Seu método de pesquisa, chamado *método vivo* (ou método *in vivo*), prevê a autocrítica dos pesquisadores em equipe, avaliação permanente dos roteiros e caminhos previstos, iniciativa, flexibilidade, participação afetiva e, sobretudo, o uso da sensibilidade pessoal (ALMEIDA; CARVALHO, 2012). Nesse sentido, a única ciência possível é uma ciência em constante devir.

Palavras-chave: Crise da ciência. Sociologia do presente. Edgar Morin.

Crise, ciência e ética

Os efeitos dos produtos da mundialização estão aquém da promessa ufanista da sociedade ocidental. Todo progresso traz em si sua parcela de regresso. São dois lados da mesma moeda, como testemunham os avanços tecnológicos aliados aos horrores anti-civilizatórios do século XX, cujos exemplos mais marcantes são as guerras de extermínio étnicos, os campos de concentração e as explosões de devastadoras bombas de destruição em massa. “Se o conhecimento é uma luz, está cercado por trevas”, diz o físico e astrônomo Marcelo Gleiser (2016, p. 86).

Esse descompasso se reforça também porque o pensamento ético se processa a reboque da ciência. É ele quem vai, posteriormente, refletir sobre as possíveis consequências das descobertas e construções tecnocientíficas, que são, por si sós, destituídas de qualquer moral quando associadas às possibilidades de ganhos políticos e econômicos. É o que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2014) chama de “cegueira moral”, caracterizada por uma perda de sensibilidade em relação ao outro.

Mesmo refletindo sobre a ciência e a técnica, a ética, hoje, é ainda pouco capaz de apontar caminhos que se sobreponham ao poder político-econômico responsável por fazer girar as engrenagens do capital. Principalmente em um contexto no qual a linguagem da ciência, longe de ser universal (no sentido de sua expansão fora de seus círculos de iniciados), parece cada vez mais distante de uma gramática social, fechada em um sistema cujos processos e resultados são dificilmente compreendidos e debatidos democraticamente na esfera pública. A

ciência é elucidativa, enriquecedora, mas pode retroagir de forma perversa sobre a sociedade quando tende à superespecialização, ao enclausuramento e à fragmentação do saber, mas também quando perde a capacidade de pensar sobre si mesma.

O problema da ciência, atualmente, vai além dos cientistas e inscreve-se no registro mais amplo de uma democracia cognitiva. Morin (2014, p. 78) afirma que “A ciência é um assunto sério demais para ser deixado unicamente nas mãos dos cientistas”. Disso decorre que a sociedade mais ampla pode (se adequadamente informada) constituir-se em parceira e coadjuvante na permanente avaliação dos conhecimentos que construímos – porque é para a sociedade maior que se constroem tais conhecimentos (ALMEIDA, 2012). Pode-se e deve-se divulgar e discutir amplamente questões como aquecimento global, transgênicos, clonagens etc., pois o desenvolvimento científico determina o desenvolvimento da sociedade e é por ela determinado. Mas o que se observa é uma ausência de controle político e ético dos desenvolvimentos da tecnociência. A ideia aí subjacente é que cabe a um pequeno número de técnicos e especialistas, cujos procedimentos de pesquisa são cada vez mais obscuros, definir os rumos da política e da economia.

A superespecialização disciplinar dificulta tanto o diálogo entre as distintas áreas do saber quanto a construção de um conhecimento que leve em conta a realidade multidimensional da vida. Questão ainda mais premente quando se trata das chamadas ciências sociais. A sociedade, em constante transformação, não é uma partícula que pode ser retirada de seu contexto e analisada em um ambiente controlado de laboratório. Por isso deve ser estudada em seu movimento e em sua tessitura complexa. Além disso, a tendência para a fragmentação e o fechamento empurra o fazer/saber científico para o anonimato, como uma prática realizada por uma comunidade científica impessoal e incapaz de meditar sobre si própria, assemelhando-se aos acionistas de sociedades anônimas que não se responsabilizam pelos efeitos colaterais de seus investimentos, contanto que continuem gerando dividendos. Importa apenas o que é quantificável. Atitudes como as dos dez mil cientistas e engenheiros estadunidenses que, nos anos 1980, se comprometeram publicamente, com algum prejuízo pessoal, a não trabalhar no programa militar intitulado Guerra nas Estrelas, proposto pelo governo Ronald Reagan para se precaver contra os russos, são cada vez mais raras (SAGAN, 1996). Do outro lado, têm-se outro tipo de invisibilidade: uma multidão de sujeitos anônimos transformados em estatísticas para

serem armazenadas em bancos de dados e computadas por instâncias manipuladoras, sejam elas o Estado ou o mercado (MORIN, 2014, p. 17).

A tendência para a fragmentação, a disjunção, a dissociação e a esoterização do saber científico é capaz de gerar a barbárie do pensamento. O que verticalizamos em conhecimentos específicos perdemos em horizontalidade, diálogo e contato entre as fronteiras. Não se trata de negar a importância das especialidades, mas de alertar para os perigos de sua incomunicabilidade. Num mundo cada vez mais interligado, conectado e globalizado, as consequências de uma ação devem ser medidas em sua dimensão complexa. Ao lado dos aspectos benéficos das descobertas científicas, há também seus aspectos nocivos e mortíferos, provenientes do manuseio distorcido daquelas descobertas, entre eles o extermínio físico e cognitivo de populações, o comprometimento da biodiversidade do planeta, a desclassificação de saberes tradicionais, a produção incansável de produtos descartáveis (ALMEIDA, 2012).

O quadrinômio ciência, técnica, sociedade e Estado deve ser pensado de forma articulada e recursiva. A técnica produzida pela ciência transforma a sociedade, enquanto a sociedade tecnologicizada transforma a ciência e o Estado. Esses movimentos são sempre atravessados por disputas de poder e uma fórmula-padrão que ignora os contextos humanos e culturais: globalização, ocidentalização e desenvolvimento. Morin (2013) observa que a ideia de desenvolvimento é uma ideia subdesenvolvida. Significa a imposição de um modelo ocidental vendido para todo o mundo e que se aplica de forma indiferenciada às sociedades e culturas mais diversas. O desenvolvimento que pretendia ser solução ignora que as sociedades ocidentais estão em crise por causa de seu desenvolvimento. O planeta já emite claros sinais de saturação.

Quando um sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, suas alternativas são a degeneração ou a regeneração. Vivemos sob o risco constante da guerra nuclear, da degradação da biosfera, de uma economia mundial desprovida de um sistema de regulação e controle, do retorno da fome e dos conflitos étnico-político-religiosos, que podem degenerar em guerras de civilizações. Nesse contexto, cabe perguntar: ciência, tecnologia e globalização para quê e para quem? A serviço de qual projeto de sociedade? Qual a função, hoje, do intelectual, do pensador, da universidade, do cientista social? Para evitar uma catástrofe definitiva e sem retorno é preciso, diz Morin (2013), mudar de via. “Não basta mais denunciar. Doravante precisamos enunciar” (p. 45).

O papel da ciência: três vias

Dois caminhos se abrem no horizonte. A desintegração é o mais provável. O improvável, mas possível, é a metamorfose. Para isso, é necessário frear a supremacia técnica-científica-econômica-civilizacional que conduz o planeta rumo ao abismo (MORIN, 2013). As consequências da exploração inconsequente do planeta podem ser sentidas neste momento, por toda parte, do norte ao sul. A civilização atual se aproxima de um perigoso ponto de não retorno, no qual os efeitos de devastação já não poderão ser revertidos, mas apenas, com muito custo, mitigados, enquanto populações humanas e espécimes animais e vegetais poderão perecer irremediavelmente.

Krisis: o termo grego significa decisão, momento decisivo, tomada de posição. No domínio social, a revolução de um grande paradigma pode ser precedida ou acompanhada de crises, tormentas, abalos sísmicos. A crise é um sintoma de transformação em profundidade das regras de organização social. Morin (2011) diagnostica algumas crises atuais: há crise aberta dos fundamentos do pensamento em filosofia, epistemologia, ciências, mas somos, ainda, incapazes de encontrar fundamentos na ausência de fundamento. A crise social e civilizacional foi anunciada, diagnosticada, denunciada, mas o fim da civilização industrial ainda não anuncia qualquer aurora.

A crise permite criar condições novas para a ação. Crise significa, portanto, possibilidade de mudança, de metamorfose, de otimismo. Crise aproxima-se, também, da noção de *bifurcação* em Prigogine. O cientista, nascido na Rússia em 1917, embora tenha visto boa parte dos horrores do século XX – e talvez por isso mesmo – não se deixa tomar pelo pessimismo. Em sua *Carta para as futuras gerações* (2009), Prigogine explica que,

De modo geral, bifurcações são, simultaneamente, um sinal de instabilidade e um sinal de vitalidade em uma dada sociedade. Expressam também o desejo por uma sociedade mais justa. Mesmo fora das ciências sociais, o Ocidente preserva um espetáculo surpreendente de bifurcações sucessivas. A música e a arte, por exemplo, mudam a cada 50 anos. O homem continuamente explora novas possibilidades, concebe utopias que podem conduzi-lo a uma relação mais harmoniosa entre homem e homem e homem e natureza. Esses são temas que ressurgem constantemente nas pesquisas de opinião sobre o caráter do século 21 (p. 14-15).

Em qual ponto da bifurcação nos encontramos? Que caminho vamos escolher? O que faremos com a sociedade conectada em rede, com a robótica, a inteligência artificial, a nanotecnologia, a neurociência? E, retomando a questão, qual o papel do intelectual, do cientista, do pesquisador e da universidade como espaço de enunciação perante a sociedade?

Em primeiro lugar, é preciso repensar o paradigma clássico da ciência, marcado pela disjunção, redução e fragmentação, reconhecendo princípios, postulados e noções antes rejeitados, tais como a incerteza, a ambiguidade, o paradoxo, o ruído, a contradição, a simultaneidade, a parcialidade, a emergência, a biodegradabilidade do conhecimento. Tal procedimento se inscreve num processo de abertura das ciências. As fronteiras disciplinares estão sendo constantemente borradas, como atestam os nomes compostos que surgem a cada dia para tentar dar conta de uma ciência cada vez mais mestiça: Biomedicina, Sociobiologia, Etnociências, Geopolítica, Geosaúde, Medicina Ortomolecular, Bioengenharia, Biotecnologia, Bioquímica, Bioética (ALMEIDA, 2012).

Em *As novas ciências e as humanidades – da academia à política* Pablo Casanova argumenta que

Hoje não podemos pensar sobre a natureza, a vida e a humanidade sem levar em conta as descobertas que se iniciaram com a cibernética, a epistemologia genética, a computação, os sistemas autorregulados, adaptativos e autopoieticos, as ciências da organização, do caos determinista, dos atratores e dos fractais. A profundidade dessas descobertas vai além de suas claras manifestações científicas e técnicas, inclui novas formas de pensar e atuar que compreendem as chamadas ciências da complexidade e as tecnociências (2006, p. 9).

Em segundo lugar, faz-se necessário interrogar os limites da ética clássica e sua relação com a prática científica atual. A noção clássica da ética como um conjunto de regras e preceitos orientadores da conduta moral, pode ser considerada insuficiente, senão incompatível com um pensamento que quer, não só religar o que foi separado, mas também abrir-se a uma experimentação mais polifônica, incerta e simétrica com outros seres e coisas.

Isso prevê o reconhecimento de dois equívocos da história do pensamento ocidental. O primeiro equívoco diz respeito à defesa da universalização dos valores humanos, impostos por um paradigma cujos propósitos são a homogeneização e padronização das culturas, que são diversas e plurais em suas histórias. O segundo equívoco se circunscreve à defesa radical do particularismo e se rege por uma lógica da diferença que é pródiga em catalogar identidades insulares, genuinamente originais (ALMEIDA, 2012).

Nesse compasso, uma ética renovada da ciência deve incluir a responsabilidade do pesquisador perante a sociedade, ou seja, um cientista que constantemente coloque em crise aquilo que parece evidente; que reflita sobre as zonas cegas da ciência - indispensável, inclusive, para o próprio desenvolvimento da ciência; que seja ao mesmo tempo cético e aberto a ideias

novas e tenha disposição para o diálogo com outras áreas do saber. Cabe, assim, à universidade criar e subvencionar espaços de criatividade, de desordem, de renovação do pensamento.

Por último, retomando a ideia moriniana já exposta, é preciso não apenas denunciar, mas também enunciar, narrar, criar, lutar, nomear, dar às palavras o poder que elas têm. Nomear, diz Stengers (2015), “não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (p. 38), encarar o poder, enunciar o que se quer dizer, o que se pode dizer, construir uma, várias narrativas alternativas, reconhecer a força da democracia cognitiva, toma-la nas mãos sem esperar que nossos representantes o façam. Nesse sentido, o papel do intelectual hoje em dia seria o de enfrentar a “fábrica de ordem” (BAUMAN, 1998) da cultura científica, da cultura geral, confrontar o padrão que não se pode mais repetir. Num contexto das ondas migratórias forçadas, das guerras étnico-religiosas intermináveis, da precarização do trabalho, do recrudescimento do preconceito e do nacionalismo exacerbado, das crises econômicas, o cientista tem um dos maiores desafios de todos, que é justamente lidar com o social.

Para abrir as ciências sociais

Em meados de 1980, a Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, acolheu uma proposta do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, então diretor do Centro Fernand Braudel da Universidade de Binghamton, no sentido de liderar um grupo de intelectuais de áreas distintas do conhecimento – seis das ciências sociais, dois das ciências da natureza e dois das humanidades – com vistas a uma reflexão sobre o estado atual (à época) e o futuro das ciências sociais. A Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais foi de fato criada em 1993.

Em 1996 é publicado o relatório da comissão sob o título de *Para abrir as ciências sociais*. O relatório divide-se em quatro partes: 1. A construção histórica das ciências sociais, do século XVIII até 1945; 2. Os grandes debates no interior das ciências sociais, de 1945 até os anos 1990; 3. A pergunta sobre que tipo de ciências sociais cabe construir; e 4. Uma conclusão para a reestruturação das ciências sociais (estas últimas englobando fundamentalmente história, sociologia, antropologia, ciências políticas e economia).

Segundo o relatório, a história intelectual do século XIX é marcada, antes de tudo, por um processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, no intuito de racionalizar a produção intelectual em investigações concentradas em seus nichos

especializados. Entre 1850 e 1945 houve, então, uma série de disciplinas que passaram a ser definidas como fazendo parte de uma área do conhecimento chamada “ciências sociais”, no sentido de se distinguir das ciências naturais – dedicadas aos sistemas não humanos – e das humanidades, debruçada sobre a produção cultural, mental e espiritual das sociedades humanas “civilizadas” (WALLERSTEIN, 1996). Caberia às ciências sociais desenvolver um saber sistemático, secular e empiricamente validado acerca da realidade.

A chamada visão clássica da ciência foi erigida sobre duas premissas. Uma delas foi o modelo newtoniano, segundo o qual é possível chegar a algumas certezas a partir do conhecimento de algumas leis universais, em uma perspectiva quase teológica. A segunda premissa foi o dualismo cartesiano, que pressupõe uma distinção fundamental entre a natureza e os seres humanos, entre a matéria e a mente, entre o mundo físico e o social/espiritual (WALLERSTEIN, 1996).

Após 1945, a validade destes pressupostos nas ciências sociais começa a ser questionada por três desenvolvimentos mundiais. Primeiro, a emergência dos EUA como potência econômico-militar, a afirmação da URSS em um bloco socialista e a reafirmação histórica dos povos não europeus. Segundo, as quase três décadas de expansão econômica, produtiva e populacional que se seguiram ao final da guerra. Em terceiro lugar, a expansão quantitativa e geográfica do sistema universitário em nível mundial, formando novos cientistas sociais engajados em contextos e realidades distintas. A reconfiguração do mundo e sua crescente complexidade permitem pensar uma abertura das ciências sociais e seu diálogo com outras áreas.

A ciência nasce já sob o signo da transdisciplinaridade (MORIN, 2014). Trata-se de saber, hoje, que transdisciplinaridade é preciso fazer. Uma ciência social regenerada demanda uma série de reconsiderações sobre o antigo paradigma do ocidente. Trata-se de: superar a separação sujeito/objeto, compreendendo que o sujeito do conhecimento está diretamente implicado naquilo que pretende conhecer; aceitar a presença do erro, da imprevisibilidade, da incerteza, da evolução, da mutação e do inacabamento do conhecimento; reconhecer que os fenômenos da sociedade são não determinísticos, não lineares e instáveis; perceber que, tal qual um sistema, a sociedade é capaz de se auto-eco-organizar, regenerando-se, abrindo-se, modificando-se, gerindo novos padrões de organização; saber lidar com a tensão local/global, singular/universal, particular/geral, compreendendo ser ela uma condição do próprio estudo da

sociedade; identificar as emergências, ou seja, a combinação original de elementos ou padrões já existentes; e, por fim, perceber o detalhe revelador, o acontecimento de caráter modificador capaz de provocar o desenvolvimento de novos possíveis

Do que foi dito, dois argumentos podem ser destacados aqui. Primeiro, se o futuro é incerto e aberto e se temos que nos haver com as circunstâncias do presente, das quais não podemos nos distanciar, é prudente que olhemos e identifiquemos as diversas faces desses presentes observando os sinais diferenciados que ele apresenta. A partir daí será possível integrar e absorver o que significa ganho de civilização e humanidade, que devem ser incentivados; e também, o que precisamos desaprender, reformar e criar. Segundo: há sempre outras maneiras de fazer as mesmas coisas, e para cada problema existe mais de uma solução. Se o mundo atual consolida-se pela acumulação de um padrão histórico de vida social, e se esse padrão tem agudizado, ao invés de diminuir, os problemas postos hoje no âmbito planetário, havemos de nos perguntar sobre as possíveis mudanças de padrão (ALMEIDA; CARVALHO, 2012).

Nessa mesma direção segue Prigogine (2009) ao desenvolver suas noções de *bifurcação* e *flutuação*:

Em sentido amplo, será que a bifurcação reduzirá a distância entre países ricos e pobres? A globalização será caracterizada pela paz e democracia ou pela violência, aberta ou disfarçada? Cabe às futuras gerações criar as flutuações que determinarão o rumo do evento correspondente à chegada da sociedade da informação. Minha mensagem às futuras gerações, portanto, é de que os dados não foram lançados e que o caminho a ser percorrido depois das bifurcações ainda não foi escolhido. Estamos em um período de flutuação no qual as ações individuais continuam a ser essenciais (p. 16).

Nesse sentido, *bifurcação* e *flutuação* significam, portanto, que as possibilidades estão abertas e que é preciso estar atento aos caminhos que escolhemos trilhar para repensar o mundo e as ciências sociais.

O problema da cientificidade nas ciências sociais, para Morin (1994), apresenta três grandes carências. Primeiro, as leis gerais desenvolvidas das ciências exatas são fundadas na medição, precisão, exatidão e predição, diferentemente das leis sociais. Em segundo lugar está a impossibilidade de eliminar a complexidade das inter-relações que unem os “objetos” de estudo a seu contexto de interação e meio-ambiente. Em terceiro lugar, o próprio pesquisador não pode ser eliminado como uma variável daquilo que estuda e participa, nele interferindo direta ou indiretamente.

Assim, conclui Morin (1994), o pesquisador deve estar atento às rupturas e às transformações no tecido cultural determinista da normalização, do *imprinting* e do *habitus* social. É somente nas brechas, nas turbulências, nos caldos efervescentes de cultura que é possível conceber um pensamento e um conhecimento dotados de relativa autonomia que pode romper as normatizações dominantes e, finalmente, determinar uma evolução do conhecimento e da sociedade. Mas para pensar uma tal evolução transformadora é necessário conceber que toda evolução histórica, qualquer que seja, não se opera de forma frontal, mas a partir de desvios, nas falhas dos *imprintings* culturais. E umas das maneiras de furar o bloqueio da determinação dos macroconceitos explicativos do mundo e, ao mesmo tempo, repensar a sociologia como abertura, pode estar num método de pesquisa desenvolvido por Morin na década de 1960, chamado *sociologia do presente*.

Proposta para uma regeneração das ciências sociais

Em 1965, Edgar Morin e uma equipe multidisciplinar destacada pela D.G.R.S.T. (Diretoria Geral de Pesquisa Científica e Técnica) da França muda-se para uma comuna da Bretanha, chamada Plozévet. Participavam da equipe geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, médicos e hematólogos. Dois imperativos se apresentam para a sociologia do presente. O primeiro é o de interrogar um acontecimento imprevisível, constatar o que ele revela, modifica, inova. O segundo consiste em dedicar-se ao conhecimento de uma realidade concreta, múltipla, multidimensional (MORIN, 2010).

Morin preocupava-se mais com o método de pesquisa que com os resultados em si. A ideia inicial do “Projeto Plozévet” era o de investigar o processo de modernização em uma comunidade de pescadores relativamente isolada do restante da França, na região de Bigouden, mas que mesmo assim participava, à sua maneira, desse processo modernizador. Inicialmente, os diretores do comitê científico da D.G.R.S.T. haviam subdividido a comuna de Plozévet segundo as disciplinas, ignorando o que se passava entre e através das disciplinas, o que, para Morin, constituía o essencial, pois a modernização pela qual passava o local era simultaneamente econômico, técnico, sociológico, psicológico, demográfico e cultural. Por isso o título do livro publicado em 1967, *A metamorfose de Plozévet: uma comuna na França*.

Seu método de pesquisa, chamado *método vivo* (ou método *in vivo*), previa a autocrítica dos pesquisadores em equipe, avaliação permanente dos roteiros e caminhos previstos, iniciativa, flexibilidade, participação afetiva e, sobretudo, o uso da sensibilidade pessoal

(ALMEIDA, 2012). Em *Meu caminho* (2010), Morin relembra a experiência de investigação multidimensional,

Plozévet era uma comuna muito singular na região da Pont-l'Abbé, um ambiente extremamente bretão. Ela adotara, sob a revolução, um padre constitucional e, num ambiente branco, era uma comuna vermelha. Em um viveiro de professores que animavam a vida política da comuna. Em resumo, meu problema não era dissolver a singularidade da comuna no grande processo de modernização, reconhecendo as transformações que a modernização operava sobre sua singularidade. Precisei improvisar um método adequado para passar do singular ao geral e do geral ao singular. Eu quis que se expressassem não as opiniões captadas pelos questionários, mas as pessoas. Exigi de meus colaboradores 100% de subjetividade, e 100% de objetividade, ou seja, ao mesmo tempo distanciamento e não indulgência. Pedi que se alojassem na casa do habitante e mantivessem um diário de pesquisa cotidiano. Todos os dias fazíamos uma reunião estratégica que nos permitia reorientar nossos esforços de acordo com os conhecimentos adquiridos na véspera. Pude, assim, tratar das realidades que a subdivisão das disciplinas tornava invisível: a crise do campesinato e os esforços para superá-la por meio da cooperação, do novo espírito dos adolescentes que aspiravam à autonomia de uma "Casa de Jovens", do papel das mulheres, que considerei como "os agentes secretos da modernidade"... (pp. 169-170).

Trata-se não de estudar a sociedade industrial, ou capitalista, ou seja, definida por um traço rígido, mecanicista e economista, mas de investigar a sociedade moderna em sua historicidade complexa, religar o infinitamente grande ao infinitamente pequeno para expor a incerteza do infinitamente complexo. E o pesquisador precisa atuar às vezes como Balzac (descrição enciclopédica da realidade), às vezes como Stendhal (observar o detalhe significativo). Nesse panorama, perde sentido a oposição entre micro e macro pesquisa. Quanto mais particular, mais geral deve ser um estudo.

Um método vivo está em permanente construção, capaz de articular subjetividade e objetividade, criatividade, sensibilidade, inventividade e rigor na pesquisa, o que difere da rigidez. Ao invés de um método como programa (uma sequência de procedimentos a serem respeitados e seguidos), temos um método como estratégia (flexibilidade e mudança nos roteiros iniciais em função da dinâmica do tema e da realidade observada). São vias de abordagem incertas sobre o problema a ser investigado e narrado. Longe do divórcio entre teoria e prática, pesquisa fundamental e pesquisa aplicada, é preciso saber aliar empiria e reflexão.

A sociologia do presente elaborada por Morin na década de 1960 (e abandonada na década de 1970, mas cuja matriz pode ser encontrada em sua obra máxima posterior, *O Método*, em seis volumes) configura-se, portanto, uma das possíveis propostas de abertura para as ciências sociais. Para Morin (1994), há uma oposição entre uma sociologia dominante, da especialização disciplinar, das regularidades estatísticas, e a sociologia do presente, centrada

sobre o fenômeno mais que sobre a disciplina, sobre o acontecimento mais que sobre as variáveis. Do ponto de vista da metodologia empírica, a sociologia do presente privilegia a observação e a intervenção, no sentido de elaborar não uma formalização estrutural, mas um sistema antro-po-sócio-histórico. Mas, ao final, essa oposição torna-se complementar, pois a metodologia multidimensional se esforça por assimilar as conquistas de todas as disciplinas e todos os métodos.

A necessidade que anima a sociologia do presente é a de representar o papel do elemento marginal, ao mesmo tempo negativo (polêmico) e positivo (reconstrutor). Daí a importância da noção central de *acontecimento*. A noção de acontecimento é utilizada para designar o improvável, o acidental, aleatório, singular, concreto, histórico, mas que é uma noção que vai se abrindo para outras noções e construindo narrativas abrangentes, daí sua complexidade, sua imprevisibilidade e seu caráter transdisciplinar (MORIN, 2006).

Em *Ciência com consciência* (2014) Morin descreve a noção de acontecimento como relativa, dependente do tempo e do espaço no qual ele se dá; de sua inscrição em um determinado sistema (pois pode ser um acontecimento em um determinado sistema e não em outro); da sensibilidade de um sistema às possíveis modificações disparadas pelo acontecimento; de um encontro entre dois ou mais sistemas organizados que pode resultar em destruição, trocas, associações, simbioses, mutações, regressões ou progressões, daí o seu caráter de imprevisibilidade e aleatoriedade. O acontecimento é o elemento central para o que Morin chama de *uma ciência do devir*.

São, evidentemente, as constituições de unidades ou organizações novas, as associações, as mutações e sobretudo as regressões e as progressões que constituem o aspecto mais original da questão levantada pelo acontecimento. *É a tendência organizadora de um grande conjunto complexo para poder, eventualmente, aproveitar o acidente a fim de criar uma unidade superior (e de não poder fazê-lo sem acidente)* que constitui o fenômeno perturbador, crucial, capital cuja teoria há que ser tentada (2014, p. 252, grifo do autor).

A rejeição do acontecimento, inicialmente perseguido e posto na ilegalidade tanto nas ciências físico-químicas quanto na sociologia foi, talvez, necessária aos primeiros desenvolvimentos da racionalidade científica. Mas sua reintegração às ciências sociais deve ser pensada no sentido de que aquilo que era excluído como insignificante, imponderável ou estatisticamente minoritário, que perturba a estrutura ou o sistema, pode ser significativo como revelador, desencadeante, enzima, fermento, vírus, acelerador, modificador do padrão, da normatização, do majoritário (MORIN, 1994), oferecendo alimento à teoria e ao concreto, às

novas possibilidades de narrar a vida e o mundo e dar destaque a experiências exitosas de metamorfose que, sem o olhar atento do pesquisador, passariam despercebidas e se perderiam nas brumas das teorias hegemônicas.

Conclusão

Nesse contexto de crise planetária (crise de matriz energética, de poluição, aquecimento global, guerras, ondas migratórias, da desregulação do sistema econômico, da saturação do planeta, do recrudescimento da xenofobia, dos nacionalismos e separatismos), Morin (2014) questiona se as noções de sistema e acontecimento não deveriam, finalmente, ser concebidas de forma associada para finalmente visualizarmos uma ciência do devir, uma reforma do pensamento e da ciência.

As dificuldades de conceber e construir uma alternativa ao mundo atual não se resolvem com categorias simples nem com disjuntivas maniqueístas (CASANOVA, 2006). E as ciências sociais têm por obrigação ético-política borrar as especialidades, se quiser regenerar o tecido social, o tecido político, o tecido imaginário, o tecido dos desejos. Se há um lugar para o cientista social no mundo hoje, podemos dizer que o cientista social é o grande narrador das humanidades, mas que precisa reaprender a narrar. Como um Jano, deus de duas faces, o cientista social deve, em primeiro lugar, tentar dar conta do presente, situá-lo, investiga-lo em profundidade para, em seguida, pensar na possibilidade de uma outra sociedade, outra condição humana, outra política, outra imaginação sociológica, humanística, no sentido de ver aquilo que está fora do holofote, que não está na luz, que não está na ordem. E isso passa, como aponta o relatório Gulbenkian (WALLERSTEIN, 1996) por recusar a separação natureza/cultura, ou animalidade/humanidade; recusar o poder do Estado como mandante, executor e censor das ações sócio-educativas; aceitar a interminável tensão entre singular e plural, local e global, universal e particular como características imanentes às sociedades humanas; aceitar que a objetividade e a busca da verdade devem ser sempre colocadas entre parêntesis e examinadas à luz das premissas sempre mutáveis do conhecimento, sempre biodegradáveis e impermanentes.

As pesquisas pontuais, alimentadas pela perspectiva multidimensional e atentas à dialógica local/global e particular/universal, têm um papel importante a desempenhar nessa direção. Mais que isso, por vezes, são justamente as pesquisas pontuais a matriz à qual se recorre, permanentemente, para dar sustentação a reflexões mais ampliadas da realidade. Tal

atitude fenomenológica oferece à substância viva quase sempre ausente em prontuários teóricos da ciência da fragmentação.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Ciências da complexidade e Educação: razão apaixonada e politização do pensamento*. Natal, RN. EDUFRN, 2012.
- ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis. *Cultura e pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Cegueira moral. A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1ª Ed. -. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Revisão técnica: Luis Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades. Da academia à política*. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo Editorial: 2006.
- GLEISER, Marcelo. *A simples beleza do inesperado. Um filósofo natural em busca de trutas e do sentido da vida*. São Paulo: Record, 2016.
- MORIN, Edgar. *A via. Para o futuro da humanidade*. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2013.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Ed. Revista e modificada pelo autor. 16ª ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MORIN, Edgar. *Commune em France. La Métamorphose de Plozevet*. Ed. Fayard. 1967.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX – Necrose*. Vol. 2. Tradução de Agenor Soares Santos. RJ: Forense, 2006.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX – Neurose*. Vol. 1. 10ª ed. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- MORIN, Edgar. *Meu caminho*. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MORIN, Edgar. *Sociologie*. Paris: Fayard, 1994.
- PRIGOGINE, Ilya. Cartas para as futuras gerações. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard Assis de. *Ilya Prigogine: Ciência, Razão e paixão*. 2ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009.
- SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios. A ciência vista como uma vela no escuro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel (org.). *Para abrir as ciências sociais*. Relatório da comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais. Publicações Europa-América, 1996.

Autor:

Fagner Torres de França

Jornalista, mestre e doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Bolsista de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN (Bolsa PNPd/Capes). Autor de *Artaud e o cinema da crueldade* (CRV, 2018) e organizador do livro *Antonin Artaud – Insolências* (Moinhos, 2018). E-mail: fagnertf@yahoo.com.br